

Rede de Comercialização Solidária “Trem Bão”: avanços e desafios

Ana Maria Rodrigues de Carvalho – anamrcarvalho@yahoo.com.br

Clarissa Mônaco – clarissa.monaco@outlook.com

Elaine Calça – elaine_calca@hotmail.com

Laura Basoli – laurabasoli@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Assis

Consumo Responsável e Comércio Justo

Introdução

Entre as inúmeras problematizações sobre as mazelas do capitalismo e suas consequências nefastas para a maioria das pessoas, enfocamos nesse texto aquelas referentes à comercialização e consumo. Trabalhadores, militantes, estudantes, intelectuais, apenas para citar alguns, têm dedicado esforços tanto para melhor compreender o modelo econômico e suas determinações, quanto para construir estratégias de enfrentamento e oferecer alguma resistência ao avanço desenfreado do capitalismo.

Este texto tem por objetivo refletir sobre produção, comercialização e consumo, a partir do relato de experiência com a constituição e desenvolvimento de uma rede de comercialização solidária, que colocou em relação direta produtores e consumidores. Neste sentido, pretende identificar os avanços alcançados e os desafios existentes para que os atores envolvidos exercitem plenamente seus papéis e desfrutem de forma criativa dos desdobramentos dessa nova relação, pautada pela Economia Solidária (SINGER, 2013).

A articulação entre membros da academia e agricultores familiares, iniciada em 2009, com os trabalhos de assessoria da equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis à Cooperativa de Agricultores Agroecológicos de Boa Esperança - COOAABE, localizada no município de João Ramalho - SP, desdobrou-se em novas possibilidades. A partir de 2014 iniciou-se a construção de relações diretas entre produtores e consumidores, por meio da Rede de Comercialização Solidária “Trem Bão”¹. Uma iniciativa que decorreu de demandas e interesses das partes envolvidas, sejam eles econômicos, sociais, políticos e/ou ambientais, caracterizada como um empreendimento de economia solidária (EES). Definidas na Portaria MTE nº 1780 de novembro de 2014 como: “organizações coletivas de caráter associativo e supra familiares que realizam atividades econômicas permanentes, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural e exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados” (BRASIL, 2014).

¹ Até o momento, as discussões acumuladas entre produtores e consumidores possibilitaram a opção por essa terminologia: comercialização solidária. No entanto, alguns apontamentos já surgem em direção à problematização de ser, ou não, também um consumo responsável ou consciente, questões que poderão ser enfrentadas com os avanços na sistematização e reflexão teórica dessa experiência. Neste sentido, há que se aprofundar na compreensão das implicações éticas de cada uma dessas nomeações. Outros apontamentos referem-se à noção de consumo, pois se tomada como intrínseca ao modo de produção capitalista, talvez comercialização seja mais adequado no sentido da superação desta forma de organização social.

Cabe destacar que os municípios de Assis e de João Ramalho estão situados na região sudoeste do Estado de São Paulo, distantes 70 km², na qual predominam, historicamente, municípios de médio e pequeno porte de base econômica rural (monocultura extensiva). A maioria desses municípios, em decorrência de certa pressão do mercado, concentra suas políticas no desenvolvimento da agricultura e no empresariado local. O poder público, em geral, pouco investe na população rural por meio de políticas públicas voltadas para o estímulo de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico-social.

Tal contexto acaba privilegiando relações de trabalho, de consumo e comercializações pautadas pela lógica da mais-valia, da verticalização política e social exercida pelo poder econômico, em detrimento de uma forma de produção mais cooperativa e solidária, compatível com as características sócio-produtivas da agricultura familiar (ALTIERI, 1989). Praticamente, não existem espaços populares que levem em consideração as questões referentes a esse segmento, a saber: produção em pequena escala, acesso restrito às tecnologias, poucos recursos disponíveis para investimento em infraestrutura e insumos, entre outras. O meio mais viável de escoamento da produção dos pequenos produtores familiares tradicionais e assentados tem sido as feiras livres, nas quais impera a competição individual do preço mais baixo. Parte da produção é também escoada com a participação dos agricultores organizados coletivamente nos programas governamentais, decorrentes do desenvolvimento de políticas públicas mais progressistas, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS. Estes programas são oficialmente assim apresentados:

Uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores. (BRASIL, 2013)

Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o Pnae prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. É alimento fresco e de qualidade na alimentação escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local. [...] O Pnae é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local. (BRASIL, 2013)

O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. O Programa faz com que o Estado se torne o principal comprador dos produtos da agricultura familiar permitindo a melhora da qualidade de vida dos que trabalham no campo. (SÃO PAULO, 2011)

O Instituto Kairós, avalia que esses programas

[...] estimulam os agricultores a se estruturarem em organizações e, mais ainda, a formalizarem essas organizações dos produtores constituindo-se, assim, em

² Distância que, a princípio, não deixa de se interpor como um obstáculo à sustentabilidade da Rede. Para constituição de novas redes, o desejável seria que consumidores e produtores estivessem na mesma localidade, diferente da realidade desta experiência.

sujeitos econômicos coletivos [...] Para a maioria dos agricultores familiares do país, o desenvolvimento dessa cultura, com a prática de vender em coletivo, é um importante caminho para a superação da dependência que ainda mantêm em relação ao atravessador. (KAIRÓS, p. 99, 2013)

No entanto, no caso da COOAABE, o que se constatou é que, além de certa dificuldade em acessar essas políticas públicas, tributárias das condições de organização e formalização do grupo de produtores, do modelo burocrático adotado, via edital. Pode-se também questionar seus compromissos em contribuir para uma agricultura familiar sustentável do ponto de vista ambiental, econômico, tecnológico ou social. Neste sentido, por mais importante que essas políticas sejam, elas, por si só, não garantem condições satisfatórias para a produção e a vida no campo.

Atualmente, recobram as preocupações com a instabilidade das políticas públicas que fomentam o escoamento da produção da agricultura familiar, tendo em vista os retrocessos em curso no atual cenário político brasileiro. Os produtores familiares de hortifrutigranjeiros, nesta lógica, acabam se rendendo às grandes redes de mercados e outros atravessadores, que compram os alimentos *in natura* a preços baixos e monopolizam a relação com os consumidores. Esses mercados exigem uma qualidade visual que prioriza a aparência dos produtos à sua real qualidade, contrariando os pressupostos e estratégias da agroecologia, as quais compreendem que muitas vezes um produto vistoso “esconde” os agrotóxicos que o sustenta e escamoteia as poucas vitaminas e nutrientes que contém. É possível destacar dessa rendição o aliciamento que aqueles produtores sofrem por parte das empresas de insumos, sementes, mudas e agrotóxicos, que pela lógica da transgenia e da Revolução Verde (MACHADO, 2014), capturam os saberes dos pequenos produtores, submetendo-os a tais práticas.

A Rede “Trem Bão”

Num contexto político e econômico dessa envergadura, conjugavam-se questões próprias à cooperativa e às relações entre seus membros. Enfrentavam dificuldades na execução de um dos programas governamentais, muitos estavam com restrições no acesso à água para produção, poucos tinham recursos para investir em infraestrutura e insumos, e mais, o grupo atravessava um período de fragilidade em suas relações interpessoais, abalando a confiança na força do coletivo.

Membros da equipe da Incubadora, movidos pela vontade de encontrar uma alternativa a tal lógica de relações de comercialização, viram na Rede Raízes da Mata uma inspiração. Esta aproximação aconteceu no Encontro Anual da Rede Sudeste de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs), em Montes Claros - MG³. Membros da ITCP da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em uma das rodas de conversa, apresentaram a experiência dessa rede e como se articulavam naquele território, com suas características singulares. Esse encontro foi fundamental para a construção que viria em seguida. O grupo da Incop Unesp Assis, que acompanhava a

³ A Rede Sudeste de ITCPs é a instância regional de organização política da Rede Nacional de ITCPs, merecendo destaque por seu papel fundamental de fomentadora das trocas de experiência e dos avanços das práticas em Economia Solidária, em sua múltipla diversidade. Neste sentido, seus encontros são espaços exemplares para a formação dos formadores e trabalhadores em economia solidária. A constituição da Rede de Comercialização Solidária “Trem Bão”, e todo seu impacto na renda dos produtores e na qualidade de vida dos consumidores, é consequência direta desses espaços de formação coletiva.

COOAABE, presentes nesta roda de conversa, voltaram a campo munidos dos panfletos e prospectos da Raízes da Mata e apresentaram para os membros da Cooperativa.

A partir de então, por várias vezes, a temática “rede” vem à tona nos espaços de reunião. De um lado, encontravam-se os agricultores do assentamento à procura de novas opções para ampliarem a comercialização de suas produções. De outro, estudantes e docentes, sensibilizados com os resultados de experiências exitosas de redes de consumo, reforçando seus desejos e propósitos de contribuir para a construção de novas relações entre consumidores e produtores. O conhecimento pessoal e as relações de confiança já existentes entre agricultores e acadêmicos foram a base para a construção de mais uma experiência conjunta.

O contato com outras experiências⁴, também contribuíram enormemente para construção de um modelo de organização e comercialização da Rede. Conforme se observa na práxis dos grupos de consumo responsável, a organização ocorre a partir da composição de núcleos de gestão, onde os consumidores atuam ativa e diretamente, como entendemos ser o exemplo da Comer AtivaMente, uma Cooperativa de Consumo da cidade de São Paulo, vinculada à ITCP/USP-SP. Tais núcleos são responsáveis pelo contato com os produtores, pela administração e logística, pelo recebimento dos pedidos e pelo controle financeiro.

Na Rede “Trem Bão” essa organização ocorre por meio dos ditos ‘Trens’, a saber: Bufunfa, Roça, Gula e Harmonia. O *Trem da Bufunfa* é responsável pela gestão financeira da Rede, realizando os recebimentos e pagamentos dos produtores, pagamento de frete e serviço de transporte, além de controlar os recursos do fundo e registrar os empréstimos. É composto por duas consumidoras, que recebem remuneração simbólica, e de mais outras duas produtoras, que efetuam os pagamentos no assentamento. O *Trem da Roça* é responsável pelo diálogo com os produtores, bem como por contribuir para o planejamento da produção e das entregas. Este trem é composto por membros da Incop Unesp Assis, que acompanha a COOAABE, e pelos produtores. O *Trem da Gula* organiza a entrega das cestas e a comercialização dos produtos “extras” (pães, roscas, geleias, temperos, conservas, artesanato, entre outros produtos), além de definir a destinação das cestas que, eventualmente, não são retiradas. Atuam nesse trem, consumidores, em forma de rodízio, uma das estratégias utilizadas para maior envolvimento na Rede. O *Trem da Harmonia* tem por objetivo promover a articulação entre as equipes dos trens e os demais consumidores e produtores. É responsável pela preparação das assembleias e dos espaços de formação política dos produtores e consumidores. As pessoas que participam dos Trens têm trazido relatos de grande aprendizado acerca do comércio solidário e responsável, além dos conhecimentos sobre a produção no campo e suas dificuldades, as relações políticas e interpessoais do contexto em que se inserem.

O modo de comercialização da Rede foi construído após criteriosos estudos de viabilidade econômica e muita discussão com os produtores. A melhor opção encontrada foi a comercialização semanal de cestas “fechadas”, ou seja, com um número fixo de produtos, oferecidos conforme a sazonalidade da produção, levando em conta também as eventuais perdas. Considerou ainda que os agricultores estavam com a produção muito frágil na ocasião, com pouca diversidade, sendo que muitos produtores estavam sem recursos financeiros para investir na terra ou em infraestrutura. O acordo resultou na montagem de cestas com sete produtos, garantindo o escoamento das hortaliças e legumes das hortas dos produtores. Sete era o número de produtores que

⁴ Vale ressaltar a existência de outros modelos que aproximam e responsabilizam mutuamente produtores e consumidores, tais como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e a experiência do Veracidade de São Carlos-SP.

estavam ativos na cooperativa na ocasião. Com os avanços da Rede, outros produtores se reaproximaram e a estratégia para incluí-los foi a adoção do sistema de rodízio entre eles para organizar a entrega.

Os consumidores pagam um valor fixo para cada cesta, além de uma mensalidade que compõe um fundo, com o propósito de custear as despesas gerais do funcionamento e desenvolvimento da Rede, como frete, trabalho da Bufunfa e ações de formação dos membros para seu fortalecimento.

A entrega das cestas ocorre em horário e dia fixo da semana, em espaço aberto na Universidade. A comercialização nesse espaço acontece devido à parceria da Rede com a Incubadora, mas já tem sido discutida possibilidade das entregas serem realizadas no Ponto de Cultura Galpão Cultural, uma ocupação no centro da cidade de Assis, em parceria com a CIRCUS – Circuito de Interação de Redes Sociais. Nesse espaço está também a Sala Verde, um local privilegiado de experimentação de práticas em Agroecologia Urbana.

Em caráter experimental, no início das atividades, participaram apenas os membros da Incubadora, como forma de avaliar quais seriam as dificuldades e potencialidades dessa organização. Após alguns ajustes, a participação na Rede foi ampliada para outras pessoas, definindo, primeiramente, vinte e cinco cestas por semana, sendo que, gradativamente, novas ampliações ocorreram e esse número passou a 30, 35, contando agora com 40 cestas entregues a cada semana. Existiu também um esforço para que houvesse, em igual proporção, integrantes e não integrantes da comunidade acadêmica, pois as entregas da Rede acontecem no espaço da universidade, submetendo-a, em termos, ao calendário acadêmico, que inclui férias, greves e recessos.

Além de se estruturar a partir dos “Trens”, a Rede Trem Bão conta com espaços democráticos de organização, discussão e deliberação, como as assembleias bimestrais, cujas realizações ocorrem alternadamente no campo e na cidade. Outro espaço são as reuniões semanais de gestão, que ocorrem na universidade, com o apoio da Incop Unesp Assis, das quais participam membros de cada Trem, sendo ainda aberta à participação de outros interessados.

Nesses espaços, logo foi possível apreender o quanto os produtores estavam reconhecendo essas novas relações como uma alternativa concreta de comercialização, o que incentivou outros assentados a resgatarem a importância da agricultura para a renda familiar, fazendo com que voltassem/começassem a plantar e/ou passassem a produzir produtos caseiros. O impacto dessa experiência pôde ser observado na aproximação de alguns cooperados que estavam afastados dos espaços de reuniões e comercialização da Cooperativa, bem como a aproximação de novos núcleos familiares.

Neste sentido, a experiência da Rede tem motivado a produção dos agricultores envolvidos, fortalecendo a possibilidade de ser pautada a questão da sustentabilidade ambiental e social da produção, sob o viés da agroecologia. Atualmente, essa temática tem sido trabalhada no assentamento, junto aos produtores, por meio de oficinas, mutirões e minicursos, uma parceria entre o Grupo de Agroecologia de Assis – ÁGAPE, Incop Unesp Assis e outros integrantes da Rede.

Em 2016, o ÁGAPE convidou produtores da Rede Trem Bão para participarem de um evento que estavam organizando sobre práticas sustentáveis. Os produtores organizaram uma roda de conversa sobre a vida no campo e propuseram ao grupo uma moeda de troca: compartilhar as práticas e saberes agroecológicos estudados. Surgem, assim, as ações em que saberes agroecológicos foram colocados em prática, contribuindo tanto para a caminhada dos produtores em direção à transição agroecológica, quanto para o avanço metodológico das ações do Grupo de Agroecologia, estreitando, mais uma vez, laços, saberes e práticas entre campo e cidade.

Avanços e Desafios

Com o decorrer das práticas e aprendizados na Rede tem sido possível constatar alguns avanços, mas também identificar diversos desafios a serem enfrentados, com vistas ao fortalecimento dessas novas relações de produção, comercialização e consumo.

Os consumidores da Rede têm tido a oportunidade de desfrutar de uma grande variedade de vegetais e verduras, bem como algumas frutas, ovos caipiras e alguns produtos processados, como queijos, temperos, doces caseiros, plantas medicinais e pães, os quais, até então, habitualmente não adquiriam, nem consumiam. Até mesmo a repetição semanal e, em alguns casos, mensal de itens nas cestas passou a ser compreendida, por muitos, como a necessidade de construir novos hábitos alimentares, que respeitem a sazonalidade na produção dos alimentos e as dificuldades inerentes ao processo de produção desse segmento. O contato com esses produtos e com outros consumidores tem possibilitado a experimentação de novas receitas, novos sabores e uma nova rotina alimentar.

Além disso, os consumidores, com frequência compartilham espontaneamente depoimentos sobre a rica experiência de consumo solidário e de trocas coletivas. O grupo de *whatsapp*, uma das estratégias de comunicação entre produtores e consumidores da Rede, tem sido um espaço privilegiado para essas trocas. Produtores enviam fotos dos canteiros de suas produções, consumidores postam suas receitas e exibem fotos de pratos que preparam.

Outro efeito curioso observado tem sido o cuidado para evitar que os produtos das cestas estraguem na geladeira: aqueles que não conseguem consumir todos os produtos são estimulados a compartilhar com amigos e vizinhos, com intuito de evitar o desperdício. Alguns consumidores vêm organizando “encontros alimentares” como almoços e jantares para consumo coletivo das sobras semanais de cada residência, fortalecendo e ampliando laços de afeto e solidariedade.

Do ponto de vista da gestão da Rede os principais avanços decorrem do modelo adotado. Por meio dos “Trens” tem sido possível estimular o protagonismo dos sujeitos, com o exercício de funções rotativas. Recentemente, foi adotada uma nova estratégia para fortalecimento dos membros e aproximação de novos consumidores. Inspirados na estratégia adotada pela Comer AtivaMente, foram organizados encontros de integração à Rede. Cabe destacar que a construção dessa estratégia decorreu da participação de consumidores em outros espaços de formação da Rede. Ainda assim, tem sido feita a avaliação de ser muito incipiente da participação direta dos consumidores na gestão da Rede. Essa situação tem sido objeto de reflexão já há algum tempo.

A realização das assembleias tem contribuído para a aproximação, integração e convivência entre consumidores e produtores, especialmente por ocorrerem alternadamente entre campo e cidade. Quando ocorre no campo, os consumidores tem a oportunidade de conhecer o local de trabalho dos produtores, assim como as ferramentas de produção, as condições de infraestrutura, as condições de moradia e a desigualdade geográfica e social da região. Do ponto de vista ético, a assembleia é um local de discussão e deliberação das diretrizes, objetivos, regras e prioridades da Rede, além de ser um espaço para compartilhar as dificuldades de gestão e produção, balanço das atividades, prestação de contas, propostas de empréstimos e novas parcerias. Contudo, novamente é possível constatar que a participação de grande parte dos consumidores é quantitativamente pequena, já que qualitativamente tem sido cada vez mais significativa.

A comercialização semanal de “produtos extras” na feirinha, vem se ampliando, constituindo-se, também, em oportunidade para o escoamento da produção e de participação de outros produtores. Nesse quesito, o desafio que se coloca é de buscar parcerias para oferecer uma capacitação para produção de alimentos processados, algo que os produtores já sinalizaram como de grande valia para seus avanços.

Cabe destacar que, atualmente, já estão sendo processadas demandas para ampliação das modalidades de práticas na Rede, indo para além da comercialização das cestas e dos produtos extras, mas atendendo também à encomendas dos consumidores, podendo, inclusive, estender a pequenos comerciantes.

Os recursos do fundo da Rede passaram a ter nova finalidade: empréstimos aos produtores visando fortalecer a participação na Rede, ensejando práticas de finanças solidárias. Esses empréstimos parecem ser o embrião de um fundo rotativo solidário (KONZEN; EGER; RIBEIRO, 2012), uma estratégia da economia solidária para desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos.

Os desafios apresentados pelo Trem da Bufunfa giram em torno da necessidade de maior sensibilização dos consumidores para que efetuem os pagamentos das cestas regularmente, sinalizando as dificuldades em relação à formação política dos membros da Rede e no aprimoramento dos instrumentos de gestão. Outro ponto que vem sendo debatido em reuniões de gestão é como seria possível avançar em direção a políticas afirmativas na Rede, possibilitando que especialmente estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica pudessem ter acesso à cesta em condições especiais.

O Trem da Roça apresenta como desafio a contribuição de modo mais efetivo para o planejamento da produção, que, em certa medida, poderá ocorrer com a parceria encontrada no Grupo de Agroecologia - ÁGAPE.

Com relação aos produtores, cabe reforçar o impacto financeiro que essas comercializações têm produzido em suas rendas familiares e, ainda, o quanto que a certeza da renda semanal, devido ao escoamento da produção, vem estimulando-os a produzir mais e com maior diversidade.

Outro ponto refere-se à importância do fortalecimento de relações mais solidárias e cooperativas entre eles. Pois, ainda que estejam organizados em torno de uma cooperativa, esse grupo passou por um histórico de lutas e decepções no processo de organização coletiva do trabalho e ocupação da terra, o que fez com que os vínculos de confiança precisam ser constantemente fortalecidos.

A regulação do funcionamento e das relações na Rede, por longo tempo, constituiu-se pauta de discussões, culminando até mesmo na constituição de um grupo de trabalho para a elaboração, de modo participativo, envolvendo produtores e consumidores, de um regimento interno. Recentemente, este documento foi mais uma vez debatido e aprovado em assembleia.

Considerações finais

Dos desafios que a Rede tem pela frente, alguns precisam ser enfrentados em curto prazo, como o aprimoramento dos instrumentos de gestão. Outros, no entanto, são possíveis apenas no médio prazo, como o processo de sensibilização, mobilização e politização dos consumidores, levando-os a crer que participar de uma Rede de Comercialização Solidária não é meramente ter acesso facilitado a produtos de qualidade. O envolvimento com a gestão da Rede, como um projeto político coletivo é fundamental à sua sobrevivência e para o alcance de seus propósitos.

Finalizando essas reflexões iniciais sobre os avanços e desafios de uma Rede de Comercialização Solidária, cabe destacar que o vínculo direto entre produtores e

consumidores tem possibilitado aos agricultores colocarem-se também como protagonistas, na medida em que participam diretamente do processo: da idealização à operacionalização e gestão da Rede, avançando na superação da divisão do trabalho, característico do modo de produção capitalista.

Destarte, parte dos consumidores que agora recebem seus produtos diretamente das mãos dos agricultores podem compreender melhor a realidade do campo, tornarem-se mais sensíveis ao compromisso de fortalecimento da Rede e elevarem sua relação a um tipo solidário de consumidor. Essas práticas na Rede fazem a ponte entre os princípios e valores da Economia Solidária e a Agricultura Familiar de orientação agroecológica. E, assim, a Rede “Trem Bão” segue tecendo seus propósitos de fortalecer práticas coletivas, relações solidárias e de contribuir para a transição agroecológica. Segue focada no modo de produção cooperativo e solidário, dialeticamente alternativo ao modo de produção capitalista.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. 1989. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tkI4-gAyqfcJ:comunidades.mda.gov.br/o/899012+agroecologia+e+revolu%C3%A7%C3%A3o+verde&cd=21&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 18/09/2017..

Brasil. Ministério do Trabalho. Portaria MTE nº 1780 de novembro de 2014.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS). Políticas Públicas para agricultura familiar. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso: 18/09/2017.

Instituto Kairós, Capina, (org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>. Acesso: 18/09/2017.

KOZEN, I. J.; EGER, T. J.; RIBEIRO, M. P. **Cartilha dos Fundos Solidários para a Região Sul: Contribuição sobre histórico, constituição e gestão**. Finanças Solidárias Região Sul/CAP. Agosto, 2012.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

São Paulo. Secretaria da Agricultura e Abastecimento (CATI) - Estado de São Paulo: CATI, 2011. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/ppais/sobre.php>. Acesso: 18/09/2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.